


Formação de pedagogos em instituições EaD: reflexões sobre as questões étnico-raciais

Charles Pereira de Souzaⁱ 

Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, Salinas, Minas Gerais, Brasil

Victor Marinho Rodrigues Moreiraⁱⁱ 

Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, Salinas, Minas Gerais, Brasil

Edna Guiomar Salgado Oliveiraⁱⁱⁱ 

Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, Salinas, Minas Gerais, Brasil

PAG
E

Resumo

Esse artigo foi produzido pensando no papel da formação docente na construção de uma identificação da criança negra com suas raízes. A proposta perpassa as relações étnico-raciais nas instituições de ensino a distância, visando entender como a História e Cultura Africana esteve presente nos cursos de Licenciatura em Pedagogia e se os profissionais formados têm conhecimento para colocar políticas de ações afirmativas, como a Lei 10.639/03, em prática. Para isso, foram realizadas entrevistas com três pedagogas formadas em diferentes instituições de EaD em Salinas-MG, para questionar se elas tiveram contato com disciplinas relacionadas à temática Étnico-Racial e se suas respectivas formações proporcionaram discussões acerca da Lei 10.639/03 e sua aplicabilidade em sala de aula.

Palavras-chave: Pedagogo; Relações Étnico-Raciais; Formação docente; EaD

Graduation of pedagogues at distance learning institutions: reflections about ethnic/racial issues

Abstract

This article was produced thinking about the role of teacher training in the construction of a black child's identification with his roots. The proposal goes through the ethnic/racial relations in distance learning institutions, aiming to understand how History and African Culture has been present on degree courses in Pedagogy and if the graduated professionals have knowledge to put affirmative actions policies, like the law 10.639/03, in practice. To that end, an interview was made with three pedagogues graduated in different distance learning institutions in Salinas-MG, to ask if they had contact with subjects related to the ethnic/racial topic and if they respective graduations have provided discussions about the law 10.639/03 and its applicability on class.

Keywords: Pedagogue; Ethinc/Racial Relations; Graduation; Distance Learning.

1 Introdução

O negro teve e tem papel crucial e de alta relevância para a formação do nosso país. Mas toda sua contribuição se realizou por meio de muita dor e sofrimento, iniciado no período escravocrata e resultando o movimento diaspórico que levou um número gigantesco de imigrantes africanos a se instalarem de maneira forçada nos mais diversos países. Resquícios históricos fazem com que o povo negro seja visto de maneira negativa por grande parte da sociedade até os dias atuais, tornando-o uma classe julgada a todo momento por uma população altamente carregada de comportamentos racistas, fruto de mais de três séculos de cultura escravista no Brasil.

Mesmo após a abolição, os negros foram marginalizados pela classe dominante, uma vez que não houve nenhum tipo de apoio para que comesçassem uma vida nova, indo de encontro ao que defendia André Rebouças, engenheiro negro e figura histórica na luta pelo fim da escravidão. Segundo a Fundação Cultural Palmares (2019), órgão ligado ao Governo Federal, Rebouças era um abolicionista radical que defendia a distribuição de terra aos ex-escravizados e era veementemente contra o pagamento de indenização aos seus antigos senhores, uma vez que isso legitimaria a posse de escravos. Além disso, era ferrenho defensor do salário enquanto retribuição do trabalho e ferramenta de dignificação dos trabalhadores, pois, sem isso, teríamos uma reescravização.

No ponto de vista educacional, houve a construção de escolas destinadas aos negros, sendo uma delas comandada pelo professor Pretextato dos Passos e Silva. Teoricamente, as escolas públicas do Brasil Imperial eram obrigadas a aceitar alunos de qualquer cor, incluindo escravos alforriados. Porém, havia o receio de que a convivência entre brancos e negros poderia gerar conflitos raciais (Silva, 2015). Dessa forma, os pais dos “meninos pretos e pardos” fizeram um abaixo-assinado para que a escola de Pretextato pudesse continuar funcionando, já que a única ferramenta capaz de superar toda essa desigualdade resultante de séculos de violência ao povo negro seria a própria educação, uma vez que, segundo Novo e Mota (2019), ela é vista como ato de conhecimento, transformação social e de caráter político.

As dificuldades de estabelecer uma educação igualitária às classes subalternizadas permanecem evidentes nas atuais escolas de todo país, pois estão extremamente tomadas por um pensamento que evidencia os costumes europeus e

transmite a história do mundo e conta história do mundo do ponto de vista dos colonizadores, impedindo que a identidade étnica africana seja exposta nas salas de aula.

Ademais, o Brasil é um país dominado pelo mito da democracia racial, que, difundido por autores como Gilberto Freyre, nega o racismo e exprime uma suposta igualdade entre brancos e negros. Essa ideologia perdura até os dias atuais, baseando-se num viés meritocrático, que sugere que brancos e negros possuem as mesmas oportunidades para atingirem seus objetivos profissionais, sociais e econômicos.

No entanto, quando negros não atingem tais metas, são culpabilizados por uma suposta incompetência ou falta de interesse de uma sociedade contemporânea, ignorando-se assim a notória iniquidade existente entre estes grupos raciais após séculos de humilhação dos europeus sobre os africanos e desconsiderando a importância de políticas públicas como a Lei 10.639/03 (BRASIL, 2003), que obriga a presença da História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas do Brasil e atua como uma tentativa de minimizar uma injustiça histórica que perdura desde os tempos da escravidão e proporcionar ao aluno negro o conhecimento de suas origens, além de formar uma identificação dele com sua cor, dado que a sociedade e a escola reduzem constantemente a sua autoestima, com representações degradantes ou caricatas de seus ancestrais em livros, filmes e novelas, além de práticas racistas que não permitem o indivíduo se orgulhar da sua própria cultura e costumes (BRITO, 2021).

Dado esse contexto, torna-se necessário o estudo da Lei 10639/03, bem como sua aplicabilidade em sala de aula, ou seja, compreender a História e Cultura Africana está de fato presente no currículo de formação dos pedagogos e se eles consideram o seu conhecimento importante parte do seu trabalho como profissional da educação, uma vez que o professor está posicionado como figura central na sala de aula, atuando como mediador no processo de ensino-aprendizagem, como aponta a teoria histórico-cultural de Vygotsky (FARIAS; BORTOLANZA, 2013, p. 95).

Entendendo que o contexto atual da escola tem como exigência um trabalho docente que envolve domínio de discussões sobre as questões étnico-raciais, que são de extrema importância para que se tenha uma educação pautada no combate

do comportamento racista e na valorização da cultura negra logo nos primeiros anos do ensino infantil, e ressaltando que durante esse período se constrói uma identidade cultural nos alunos através de suas práticas pedagógicas, se torna fundamental refletir sobre algumas questões com relação à formação do pedagogo e também futuro professor dessas crianças, pois segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais:

Para obter êxito, a escola e seus professores não podem improvisar. Têm que desfazer mentalidade racista e discriminadora secular, superando o etnocentrismo europeu, reestruturando relações étnico-raciais e sociais, desalienando processos pedagógicos. Isto não pode ficar reduzido a palavras e a raciocínios desvinculados da experiência de ser inferiorizados vivida pelos negros, tampouco das baixas classificações que lhe são atribuídas nas escalas de desigualdades sociais, econômicas, educativas e políticas (BRASIL, 2004, p.15).

Desta forma, vê-se o papel da escola como agente transformador, considerando o espaço educacional como meio para discutir profundamente e cotidianamente a questão e, não apenas pincelar o trabalho da cultura afro como estandarte, pirotecnia e espetacularização para 20 de novembro, como dia da Consciência Negra.

2 Metodologia

A pesquisa traz uma abordagem qualitativa do tipo exploratória. Para coleta de dados foi utilizada a entrevista, tendo como sujeitos de pesquisa três pedagogas formadas em diferentes instituições de Educação a Distância, no município de Salinas/MG. As perguntas estavam relacionadas a questões étnico-raciais atinentes às graduações e tiveram como objetivo constatar o nível de abordagem e aplicação dessa temática, dentro do currículo de formação em suas respectivas instituições. A fim de manter o anonimato, as universidades e as entrevistadas não terão seus nomes revelados, sendo as últimas denominadas de Pedagoga 1, 2 e 3 (P1, P2 e P3).

Cabe salientar que as graduadas são de cor branca e se formaram em 2011, 2017 e 2016, respectivamente, sendo que a segunda é a única que ainda faz parte do

ambiente escolar, atuando como diretora de uma creche local, após trabalhar como professora. As outras graduadas exerceram a docência por algum tempo, mas atualmente seguem outras profissões.

Utilizamos como norte teórico para a realização das entrevistas, documentos oficiais como a Lei Federal 10.639/03. As perguntas para a entrevista foram elaboradas de maneira igual para as entrevistadas, a fim de compreender as visões de cada uma sobre as Relações Étnico-Raciais em instituições de Educação a Distância, sejam elas semelhantes ou divergentes. As entrevistas foram gravadas e transcritas, ocorreram em dias diferentes, de acordo com disponibilidade de cada sujeito da pesquisa, com duração de 50 minutos no ano de 2019. Após a obtenção das respostas, foi feita a análise com o intuito de compreender os seguintes pontos:

- Se os sujeitos questionados têm conhecimento da Lei Federal 10.639/03 e se possuem a noção da sua importância para a formação da identidade do aluno negro com suas origens;
- Se a formação possibilitou a aplicação da História e Cultura Africana em sala de aula;
- Se as profissionais entrevistadas estão alinhadas com o princípio da educação como instrumento de transformação da sociedade, conforme apontam Novo e Mota (2019).

3 Resultados e discussões

A pesquisa esteve pautada exclusivamente nas instituições de Ensino a Distância, onde as respostas das pedagogas se justificam de acordo com a sua subjetividade, além de se basear em experiências empíricas individuais de cada uma. O primeiro requisito avaliado foi o conhecimento da Lei Federal 10.639/03, já que a obrigatoriedade da inclusão de História e Cultura Africana nos currículos da Educação Básica trata-se de decisão política, com fortes repercussões pedagógicas, inclusive na formação de professores.

No que se refere à entrevista, a primeira pergunta feita foi: "Durante sua graduação você teve conhecimento sobre a existência da Lei Federal 10639/03? Se sim, qual a importância em conhecê-la?" As respostas aparecem no trecho seguinte:

P1: Me formei no ano de 2011, a obrigatoriedade da lei e de se trabalhar essas questões étnico-raciais foi em 2003. Então... a gente não trabalhou sobre essa questão.

P2: Tive... só que gravar lei assim eu não gravo, tenho tudo anotado no caderno, daí vou lá e olho.

P3: Não me lembro desta lei. Bom... pelo menos não me lembro nesse exato momento, se tivemos acesso sobre essa lei, pode ter sido uma coisa muito rápida. Tive acesso a ela em um curso que fiz (curso preparatório para concursos) e soube da sua existência e obrigatoriedade nas escolas.

Como foi possível verificar, as respostas dessa primeira questão variaram entre si. A Pedagoga P1, por exemplo, citou o ano de sua formatura como argumento para explicar a ausência da Lei Federal 10.639/03 em sua bagagem teórica. No entanto, isso só deixa mais evidente a necessidade de colocar em prática a referida lei, uma vez que ela foi elaborada oito anos antes da graduação da supracitada docente, em 2003. P2 aparentou conhecer parcialmente o dispositivo da lei, mas não o colocou em ação, já que ela alega ter o conteúdo dele anotado em seu caderno, checando-o quando necessário. Por sua vez, P3 revela que a Lei não foi trabalhada na instituição em que estudou, porém, destacou que teve contato com ela fora do seu cronograma acadêmico, não atendendo assim o objetivo deste artigo, que foi compreender as relações étnico-raciais dentro das Universidades de Ensino a Distância.

A Lei 10.639/03 se dispõe a atenuar injustiças históricas e dar o devido valor a Cultura Africana, pois, conforme apontam as Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 2004, p.11), não se trata apenas de garantir vagas aos negros nos bancos escolares, mas sim de valorizar a história e a cultura de seu povo, numa tentativa de amenizar os danos causados à sua identidade há pelo menos cinco séculos.

Este documento também cita que os estudos derivados da História e Cultura afro-brasileira são para todos os brasileiros, refutando o argumento negacionista de que políticas públicas como a Lei 10639/03 geram divisão social e ódio étnico-racial:

A relevância do estudo de temas decorrentes da história e cultura afro-brasileira e africana não se restringe à população negra, ao contrário, diz respeito a todos os brasileiros, uma vez que devem educar-se enquanto cidadãos atuantes no seio de uma sociedade multicultural e pluriétnica, capazes de construir uma nação democrática. (BRASIL, 2004, p.11)

Em suma, ao levar em conta as respostas das graduadas, percebemos que não conseguimos alcançar os objetivos propostos pelas diretrizes, uma vez que não se lembram ou afirmam não ter estudado a Lei em sua graduação, ou tratam esse assunto de forma bastante superficial.

A segunda indagação: “durante sua formação como Pedagoga, de que forma foram trabalhadas as questões étnico-raciais?” Ao que responderam:

P1: Nós tivemos uma disciplina chamada “Educação e Diversidade”, onde se trabalhou bem brevemente sobre essas questões. Não foram trabalhadas de forma aprofundada, foram de forma bem superficial mesmo.

P2: De que forma? (pausa) Muito a base da pesquisa, porque, a Instituição A, você sabe, “né”? É muito na base da pesquisa. Tipo assim, de outra forma, como eu posso te dizer? Trabalhos em conjunto, não. Somente a base de pesquisa mesmo.

P3: Para mim foi algo tratado de forma detalhada, porque além de trabalharmos isso de maneira direta na sala de aula durante o estágio que era exigido pelo curso, onde se trabalhou com o Ensino Fundamental 01, as vídeo aulas também nos ajudaram muito com relação ao nosso dia a dia em sala de aula.

A respeito dessas falas das entrevistadas, nota-se que a P1 teve uma experiência bastante preliminar com as questões étnico-raciais, mesmo com uma disciplina chamada Educação e Diversidade. Assim sendo, fica claro o baixo impacto que documentos como as Diretrizes Curriculares Nacionais têm quando colocados em prática. A História e Cultura Africana é passada de forma obrigatória, sem o devido cuidado e respeito que ela merece. Não existe a preocupação em valorizar os costumes africanos, afinal, como explica Machado (2012), nós, enquanto nação, não fomos educados de maneira pluriétnica, para que pudéssemos ampliar o olhar para além do negro escravizado e submisso.

A P2 não conseguiu responder de maneira clara o questionamento que lhe foi feito, o que é uma incógnita, pois pode representar tanto a ausência da abordagem étnico-racial, quanto um possível “esquecimento” por parte da então graduanda. Por

fim, P3 relatou ter tido um estudo profundo das questões referentes à população negra, inclusive com o auxílio de aparatos teóricos como videoaulas. Dentre as entrevistadas, ela aparenta ser a que melhor domina teoricamente a Lei Federal 10.639/03, levando em consideração a importância da questão para dentro da escola.

Outra problematização feita para esta pesquisa diz respeito a capacitação do professor para a prática: “Você se sente preparada para lidar com situações de racismo envolvendo crianças dentro da sala de aula?” As respostas aparecem a seguir:

P1: Sim, eu me sinto preparada. Eu acho que essa questão é muito tranquila para mim, pela minha formação em serviço social e pela minha atuação como assistente social, então acaba que essas questões eu consigo lidar de forma muito tranquila, e consigo fazer uma intervenção bacana em relação a essa situação. Como eu falei, o curso de Pedagogia trabalhou, assim, de forma bem superficial, então, eu acho que essa minha capacidade de intervir na sala de aula está muito relacionada a essa minha formação em serviço social e a minha atuação profissional.

P2: Eu acho que sim, porque já estou na área, trabalhando com isso, então me sinto preparada com crianças. Com adolescentes e jovens é mais difícil, com criança é bem mais fácil... com criança a gente também ensina esse tema... a gente sempre conversa, explica para eles sobre as cores, sobre a menina do laço de fita, que é uma das atividades que todo ano fazemos com as crianças.

P3: Sim, muito tranquilamente, porque além de já ter presenciado, já convivi com isso em sala de aula. Isso para mim hoje é uma situação muito tranquila. Nossa sociedade hoje tem trabalhado muito sobre isso, as pessoas hoje já tem um conhecimento sobre o assunto, sobre o respeito de cada um, e como isso é pautado na sociedade. Eu vejo isso muito tranquilamente, então, eu me sinto capaz de trabalhar isso em sala de aula.

Depois das discordâncias entre as respostas das duas primeiras perguntas, percebe-se a primeira unanimidade entre as docentes. Ainda que por diferentes motivos, todas elas garantiram estar prontas para lidar com possíveis casos de racismo durante o exercício de suas profissões. No entanto, como foi observado há algumas linhas atrás, somente a P3 mostrou habilidade e bagagem para mediar conflitos como o preconceito e discriminação racial de forma mais embasada. A ausência de referências conceituais faz muita diferença em situações como essa, haja vista que não é mais suficiente o uso do senso comum de que “somos todos iguais”, além de atividades pontuais, como a “Menina do Laço de Fita”, citada pela P2. Tais

ações funcionam meramente como forma de cumprir uma exigência do currículo, quando na verdade deveriam estar comprometidas durante todo o ano, como forma de transformação de uma visão racista ainda tão presente em nossa sociedade.

Como resposta a esse problema, é necessário um intenso e contínuo processo de discussão, desconstrução de atitudes cotidianamente racistas, para que dessa maneira, tenhamos uma classe formadora de cidadãos que estarão acostumados com a heterogeneidade e a imensa variedade cultural que permeia o Brasil (DANTAS, 2020).

A penúltima pergunta se tratava de racismo em sala de aula: “Você acredita que dentro da nossa contemporaneidade ainda seja recorrente casos de racismo dentro da sala de aula? Se sim, em que proporção?” As respostas estão mencionadas abaixo:

P1: Com certeza é recorrente. Eu acredito que no primeiro e segundo ano do ensino fundamental, a gente não consiga muito perceber essas questões por que ninguém nasce racista, a pessoa se torna racista de acordo com o meio que a criança vive. O racismo começa a se manifestar mais a partir do quarto e quinto ano e principalmente na adolescência, que é quando os adolescentes negros começam a se sentir excluídos, sofrem bullying, vivem situações de rejeição, inclusive dentro das atividades que estamos organizando. Nessa semana tivemos o relato de uma mulher que presenciou uma colega no ensino médio sofrendo racismo ao extremo, humilhação pelo simples fato de ser negra e ter cabelo crespo.

P2: Sim, ainda existe, infelizmente. Isso sem dúvida nenhuma ainda é algo que existe.

P3: Temos. Com muita frequência isso acontece hoje, infelizmente não somente na sala de aula, mas em toda nossa sociedade. A proporção é altíssima. Eu pelo menos considero alto. Os casos de racismo na escola são grandes e com muita frequência, a gente vê isso quase diariamente na escola, infelizmente, “né”?. Por mais que seja trabalhado na escola, ainda há falta de conscientização e as pessoas não se conscientizaram. Ainda tem muita gente que tem muito preconceito. E isso é um esforço constante pra gente.

Nesse momento percebemos coerência entre as respostas. O racismo ainda está, em pleno Século XXI, muito presente na sociedade, na escola e em várias outras instituições sociais (daí o chamado racismo institucional), bem como aponta a P3 em sua fala. Ao afirmar que “ninguém nasce racista”, a P1 nos permite citar o fenômeno da construção social, isto é, a elaboração de valores, regras e normas feitas pelas

peças e para as pessoas. Vê-se uma ingenuidade na resposta de P1 quando faz um recorte e diz que “o racismo começa a se manifestar mais a partir do quarto e quinto ano e principalmente na adolescência” o que nos parece não reconhecer o racismo estrutural que acompanha o cidadão negro antes mesmo do seu nascimento.

E é possível ir além: se fôssemos outro tipo de sociedade, tivéssemos outras necessidades, valores ou interesses, poderíamos muito bem ter construído algo de tipo diferente, ou construído essa mesma coisa diferentemente (BOGHOSSIAN, 2017). Ou seja, se o interesse da elite dominante nos últimos séculos não fosse oprimir e subjugar o afrodescendente, provavelmente teríamos um cenário muito diferente a respeito de questões como o racismo, discriminação e intolerância.

Por fim, a quinta e última pergunta: “Você considera importante trabalhar tais temas durante a formação acadêmica para Licenciatura? Por quê?” Seguem as respostas:

P1: Com certeza é importante, nós precisamos ter professores preparados para lidar com essas situações, porque hoje temos visto que o racismo é recorrente. É preciso ter o conhecimento de que a escravidão trouxe consequências e que hoje os negros ainda sofre essas consequências. Daí a importância de valorizar as políticas afirmativas e o sistema de cotas justamente pra tentar reparar os danos causados durante anos de exploração de escravidão que os negros sofreram.

P2: Sim, isso é sempre um aprendizado, quando a gente se encontra em uma formação. É muito importante trabalhar esses temas.

P3: Sim, porque eu acho que além de ser trabalhado, ele tem que ser aprofundado também, justamente para você sair com uma preparação ainda maior para lidar com o seu dia a dia, por que além da escola, na sua sociedade inteira você vai precisar disso aí [...] você precisa estar preparado para essas diversas situações apresentadas.

Ao analisar as últimas respostas, evidencia-se uma contradição. As três pedagogas afirmaram ser importante trabalhar as relações étnico-raciais na formação, no entanto, como foi visto ao decorrer da entrevista, não são todas que expressam essa relevância na realidade. A P2, a título de exemplo, disse ter a Lei Federal 10.639/03, documento de grande valia na construção da identidade negra nas escolas, anotada e esquecida no caderno, sendo utilizada somente quando necessário.

Por fim, vale lembrar, novamente, que todas as profissionais e sujeitos da pesquisa se formaram anos depois da criação da Lei Federal 10.639/03 (2011, 2017 e 2016, respectivamente), ou seja, as instituições em que elas cursaram a Licenciatura em Pedagogia deveriam, por lei, ter colocado em prática o que orienta as Diretrizes Curriculares Nacionais e a já citada Lei, uma vez que estas foram elaboradas em 2004 e 2003, entretanto sabemos que há uma distância grande entre a Lei e a efetivação da mesma, sendo necessário a construção de um currículo que expresse real interesse no tema, tanto na formação inicial do professor quanto o currículo vivo dentro das escolas.

4 Considerações finais

O objetivo principal do artigo foi compreender a forma se trabalhar as relações étnico-raciais nas Universidades de Ensino a Distância nos cursos de licenciatura em Pedagogia na formação inicial. As respostas obtidas não podem ser generalizadas, mas o que ficou evidenciado é que as pedagogas compreendem a importância em trabalhar com as questões étnico-raciais, entretanto, dizem que pouco ou quase nada se lembram de discussões em sua formação, dificultando a aplicabilidade desses conceitos em sala de aula.

Percebe-se que ainda há um longo caminho no que diz respeito à formação de professores capazes de explorar a abundante e plural cultura afro brasileira, além de trabalhar a identidade da criança negra, para que se sinta acolhida, integrada e incluída na escola, mas, sobretudo que encontre na escola um espaço de respeito, de práticas com uma cultura de convivência respeitosa, solidária, humana entre públicos de diferentes origens e que se encontram nos espaços coletivos de aprendizagem, no combate ao racismo, preconceitos e intolerâncias que geram violências na sociedade e atingem também os espaços de educação escolar.

É necessário que o professor tenha consciência da sua função social e que esteja alinhado aos princípios de uma prática educacional transformadora, não se apoiando no senso comum e em atividades de caráter obrigatório realizadas em datas como 20 de Novembro. Para tal, o estudante de Pedagogia deve estar atento às

mudanças do mundo, uma vez que ele terá papel fundamental na formação do caráter de seus alunos.

Referências

BOGHOSSIAN, Paul. **O que é a construção social?** Crítica, 27 de agosto de 2017. Disponível em: https://criticanarede.com/fil_desconstrucao.html. Acesso em: 1 dez. 2019.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica.** Brasília, 2004.

BRASIL. **Lei 10639/03, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Acesso em: 01 dez. 2019.

BRITO, E. P. Simbologia do cabelo: estudo sobre as mulheres trançadeiras de Marabá. **Revista Ensino em Perspectivas**, [S. l.], v. 2, n. 4, p. 1–2, 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas>. Acesso em: 16 fev. 2022.

DANTAS, R.L. o Racismo no Ceará. **Revista Ensino em Perspectivas** . v. 1 n. 1 (2020). Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/4567> . Acesso: 16 fev. 2022.

DURU-BELLAT, Marie. **Incertitudes et Effets Pervers de Inflation Scolaire.** França. Disponível em: <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00098373/document>. Acesso em: 2 dez. 2019.

FARIAS, Sandra Alves; BORTOLANZA, Ana Maria Esteves. Concepção de Mediação: O Papel do Professor e da Linguagem. **Revista Produção Docente On-Line.** Uberaba v.13, n.29, p.95, Jul-Dez, 2013. Disponível:<http://www.revistas.uniube.br/index.php/rpd/article/view/626/713>. Acesso em 19 dez. 2021.

HOJE NASCIA ANDRÉ REBOUÇAS - O ENGENHEIRO ABOLICIONISTA. Fundação Cultural Palmares, 2019. Disponível em: <https://www.palmares.gov.br/?p=52967>. Acesso em: 18 dez. 2021.

MACHADO, Carlos. **Importância da cultura e do povo africano na cultura nacional.** Eco Debate. 2012. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2012/11/21/importancia-da-cultura-e-do-povo-africano-na-cultura-nacional-artigo-de-ricardo-machado>. Acesso em: 27 nov. 2019.

NOVO, Benigno Núñez; MOTA, Antonio Rosembergue Pinheiro. **A educação como instrumento de transformação da sociedade.** 2019. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/75458/a-educacao-como-instrumento-de-transformacao-da-sociedade>. Acesso em: 20 dez. 2019.

PAG
E

ⁱ **Charles Pereira de Souza**, ORCID: <https://orcid.org/my-orcid?orcid=0000-0002-6108-2877>
Acadêmico do Curso de Pedagogia no IFNMG/Campus Salinas.
Contribuição de autoria: realização da pesquisa
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3038959971616229>
E-mail: charlespereirasouza2019@gmail.com

ⁱⁱ **Victor Marinho Rodrigues Moreira**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8958-6914>
Acadêmico do Curso de Pedagogia no IFNMG/Campus Salinas.
Contribuição de autoria: dos resultados. realização da pesquisa
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2307836055191011>
E-mail: marinhovictor82@gmail.com

ⁱⁱⁱ **Edna Guiomar Salgado Oliveira**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7310-2951>
Prof. Dr^a de Didática e Fundamentos da Educação no IFNMG/Campus Salinas.
Contribuição de autoria: orientadora da pesquisa
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8549987367452713>
E-mail: ednasalgado2013@gmail.com

Editora responsável: Karla Colares Vasconcelos

Como citar este artigo (ABNT):

SOUZA, Charles Pereira de; MOREIRA, Victor Marinho Rodrigues; OLIVEIRA, Edna Guiomar Salgado. Formação de pedagogos em instituições EaD: reflexões sobre as questões étnico-raciais. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 3, n. 1, 2022.